

Sábado, 3 de outubro de 2009

O GLOBO

OPINIÃO • 7

Olimpíadas 2016: a sociedade quer participar

DANIEL BECKER

A escolha do Rio para sediar as Olimpíadas de 2016 culmina uma busca empreendida no Brasil desde a década de 90, baseada na crença — compartilhada com outros países — de que megaeventos esportivos podem catalisar o investimento de recursos públicos na melhoria das cidades e, por consequência, na vida dos cidadãos. Com sua capacidade de mobilizar recursos materiais e simbólicos, o esporte, num mundo dominado pela lógica do mercado, acaba por ser, muitas vezes, o fator determinante no planejamento das cidades.

Perspectiva de legados, em infraestrutura urbana, melhoria do meio ambiente ou projeção internacional da cidade anfitriã, tem sido o principal argumento para tornar a candidatura um bem inquestionável. No caso do Rio a conquista de 2016 redime as derrotas nas disputas pelos Jogos de 2004 e 2012, ajuda a passar a borraça no decepcionante Pan 2007 e produz adrenalina extra para a Copa do Mundo de 2014.

A euforia, no entanto, não pode prevalecer sobre a cautela. A experiência de outras cidades mostra que as estimativas quanto aos impactos dos eventos sobre o desenvolvimento econômico local foram sobreestimadas e os custos sociais ignorados em troca de compensações que nem sempre se concretizaram. Ao final, o legado perceptível é a especulação imobiliária, a expulsão ou deslocamento de popula-

ção de baixa renda devido ao aumento de custos de imóveis, o déficit público e equipamentos esportivos ociosos e onerosos construídos com dinheiro público que poderia ser aplicado diretamente em melhorias da educação, da saúde, do transporte e da habitação.

Montreal, no Canadá, passou 30 anos pagando uma dívida de US\$ 3 bilhões referente à construção de um estádio olímpico e agora, devido aos custos de manutenção, a comunidade discute se gasta mais US\$ 250 milhões em sua demolição. Atenas amargou um déficit de US\$ 11 bilhões.

Mesmo em Barcelona, onde os Jogos de 1992 foram catalisadores de uma completa reestruturação urbana, numa experiência considerada de "sucesso", houve aumento da inflação, especial-

mente no mercado da habitação, e redução de investimento em transporte público e habitação.

Ainda quando não há financiamento público — como em Los Angeles, 1984 — os megaeventos afetam diretamente a vida dos cidadãos, principalmente no que se refere ao uso e à valorização do solo urbano. Os processos decisórios a eles relacionados, entretanto, sempre passam à margem do controle social.

A experiência do Pan 2007, no Rio, bem-sucedida nos aspectos operacionais, mostrou forte descaso pelos interesses da sociedade. Os canais de participação comunitária foram ignorados. A Agenda Social do Pan, que previa investimentos importantes para a cidade até 2012, em especial seus espaços populares, foi esquecida; as obras de in-

fraestrutura urbana não foram realizadas; as instalações esportivas construídas encontram-se fechadas para uso público, subutilizadas, privatizadas ou mesmo abandonadas; o gerenciamento dos recursos e os investimentos não foram acompanhados e avaliados com transparência. Chama a atenção a diferença entre os valores estimados na pré-candidatura (R\$ 309,1 milhões), em 2001, e o montante efetivamente gasto (R\$ 3,5 bilhões). Mais de dez vezes o orçamento inicial, quase tudo em recursos públicos. Para os Jogos de 2016 estão previstos R\$ 28,8 bilhões e até agora pouco se discutiu o Dossiê Rio 2016.

As experiências não podem ser ignoradas, mas compreendidas, pois revelam que nem sempre os megaeventos esportivos resultam em desenvolvi-

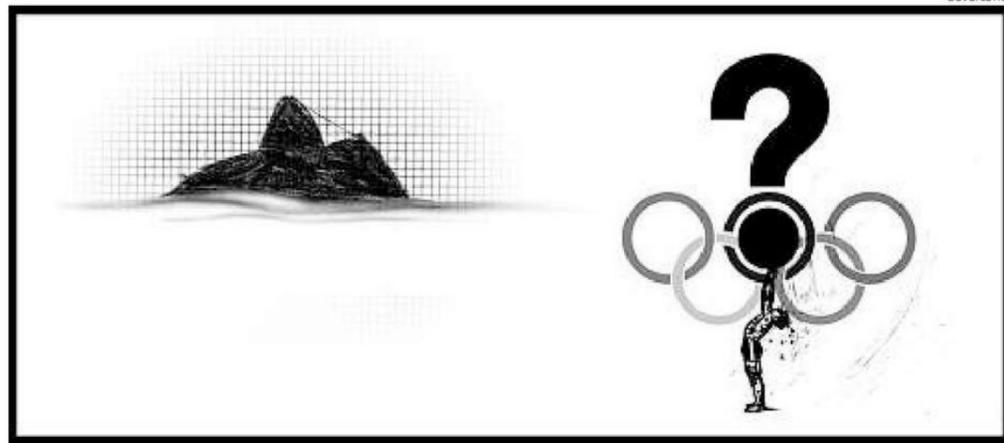
mento social. É possível que os Jogos catalisem mudanças positivas para a cidade, projetem o Rio internacionalmente e tragam uma boa injeção de autoestima na alma carioca; mas cabe à sociedade garantir que os benefícios não sejam restritos a poucos, deixando a cidade com uma enorme conta a pagar.

Por isso, a sociedade carioca está se mobilizando num amplo movimento, envolvendo associações de bairro e organizações comunitárias, ONGs, entidades empresariais e de classe, políticos e artistas para garantir, pelos próximos sete anos, a plena participação nas decisões que envolvem seu futuro, exigindo compromissos claros com a transparência, a sustentabilidade, a inclusão, e um verdadeiro legado urbanístico e social. Um processo como esse pode inaugurar uma nova prática democrática, que vem se desenhando em muitas cidades brasileiras, onde cidadãos assumem uma postura fiscalizadora, ativa e propositiva sobre as questões urbanas.

Vamos sediar uma Olimpíada: muitos estão orgulhosos, outros preocupados. Mas devemos todos estar engajados, pois é inadmissível que se desperdice a possibilidade de que ela deixe um legado verdadeiramente transformador da vida dos cariocas. O Rio de Janeiro precisa e merece aproveitar esta oportunidade.

DANIEL BECKER é médico e colaborador do *Cedap*, em nome do Movimento Participação 2016.

● NOTA DA REDAÇÃO: Zuenir Ventura volta a escrever dia 14 neste espaço.



Trabalho no pódio

AUGUSTO RIBEIRO

O Rio é a primeira cidade da América do Sul a sediar os Jogos Olímpicos. Trata-se de uma grande vitória de nossa cidade. As Olimpíadas de 2016 movimentarão a economia da cidade de forma nunca antes experimentada.

O salto olímpico será registrado com 50 mil cariocas acolhidos pelas vagas de trabalho criadas diretamente pelos Jogos de 2016, segundo a Secretaria Especial da Copa 2014 e Olimpíadas 2016 da Prefeitura do Rio. Cálculos, também, da Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo indicam que a estimativa de geração de empregos é de 120 mil postos indiretos anuais, no país, a partir de 2009 e até 2016. Na pesquisa, a construção civil aparece como setor campeão em investimentos e geração de vagas no mercado de trabalho. A oportunidade será de ouro também para o Brasil.

No Rio, o projeto Porto Maravilha, que reformará a Zona Portuária da cidade, que surge como exemplo das transformações que estão por vir, será impulsionado com a vinda dos Jogos. Projetos na área de transporte, a construção de mais de 10 mil quartos de hotéis e vilas para atletas, instalações e reformas de equipamentos esportivos exigirão grande quantidade de mão de obra. Hoje, as avaliações são feitas a partir do estudo sobre os impactos socioeconômicos dos Jogos Pan-Americanos Rio 2007, feito pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (Fipe). A competição provocou efeitos em 42 setores produtivos, gerando 178.955 postos de trabalho diretos e indiretos.

De acordo com a pesquisa, os setores que apresentaram maior movimentação em consequência do Pan 2007 foram construção civil (13,8%), administração pública (13,4%), comércio (6,6%), aluguel de imóveis (5,8%), agropecuária (5,5%) e refino de petróleo (5,1%). Apesar de ter sido sediada no Rio, a competição teve impacto em todo o país. Mais da metade da produção e dos empregos gerados pelo Pan beneficiou pessoas de fora da cidade: 55,9% dos setores produtivos e 60,38% dos postos de trabalho foram criados além das divisas cariocas. Sobre emprego, do total de 178.955 postos diretos e indiretos, 55.139 estavam no município do Rio, 9.535 na Região Metropolitana, 6.213 no Estado do Rio e 108.068 em outros estados do Brasil.

A Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego em parceria com o Ministério

O oposto do Pan

FABIO GIAMBIAGI

Os Jogos Olímpicos do Rio em 2016 representam um enorme desafio. A cidade foi capaz de organizar o Pan-Americano de 2007, mas ele foi um exemplo do que esses eventos não devem ser: uma fonte de grandes despesas, com benefícios escassos para a cidade. Gastamos recursos expressivos e, dois anos depois, o Engenho está alugado por um preço irrisório; o parque aquático está em condições deploráveis; o entorno da Vila Olímpica é uma vergonha; e os congestionamentos estão piores do que em 2007, para não falar da persistência da violência.

As razões pelas quais o Rio deslumbra são conhecidas, mas é evidente que a insegurança na cidade assusta, o sistema de transporte funciona muito mal e o estado de lugares-chave, como a Baía de Guanabara ou o aeroporto, é constrangedor. As políticas do governo estadual estão melhorando claramente em relação ao passado e, a partir de janeiro, passamos a ter uma prefeitura que procura atender

melhor a população, depois do abandono no qual a cidade tinha mergulhado até 2008. Apesar disso, a distância entre o que o Rio oferece e o que deve existir para poder brilhar em 2016 é enorme.

Há três frentes de atuação onde será preciso investir. A primeira é uma questão de postura: o Rio precisa abandonar a complacência com a indolência e a transgressão. Simbolicamente, no dia em que, para ver um jogo no Maracanã, for possível comprar ingressos pela internet, em vez de enfrentar filas enormes vendo os cambistas oferecendo ingressos sem que a polícia faça nada, teremos dado um passo nessa direção. O Rio é o lugar por excelência do "ilegal, e daí?" e isso tem que acabar. Espetáculos como o de uma frota de carros onde parte expressiva da mesma está em situação irregular, por se tratar de veículos que jamais poderiam estar na rua se passassem por uma vistoria, pertencem a um Rio que envergonha e que tem que mudar radicalmente.

A segunda frente é ter um plano de segurança que acabe com a figura das áreas dominadas pelo crime, não apenas em algumas comunidades, mas no

Rio como um todo. É preciso ter um esquema de ocupação permanente das favelas para eliminar o tráfico como expressão de poder nos morros. Para isso, devolver a rua às pessoas comuns — um ato de cidadania — deve ser uma prioridade do poder público. Experiências bem-sucedidas como a do Dona Marta devem ser repetidas na cidade inteira. E, obviamente, aberrações como os arrastões de roubo de carros ou assaltos a prédios dos últimos dias têm que acabar definitivamente.

Por último, será preciso investir pesadamente em infraestrutura e meio ambiente. Um aeroporto de primeiro nível, a melhora do sistema de trens, a solução dos problemas que travam há anos a expansão mais rápida do metrô e uma política ambiental exemplar são candidatas a constar desse plano.

O Pan de 2007 deixou algumas instalações, dívidas e mais nada. Os Jogos Olímpicos de 2016 devem ser o oposto disso. As Olimpíadas não podem representar apenas 20 dias de festa. Elas devem deixar como legado uma cidade mais segura, ecologicamente mais sadia e com um melhor sistema de transportes. É isso que dará sentido aos Jogos de 2016. O Rio está de parabéns, mas temos sete anos de árduo trabalho pela frente.

FABIO GIAMBIAGI é economista.

Renasce o Rio

CARLOS ALBERTO A. FERREIRA

Pode até parecer um clichê, mas nunca na história deste país o Rio viveu um momento tão positivo. Quem poderia imaginar, há poucos anos, que a cidade conquistaria a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016?

Mas junto com essa vitória, que dará um novo rumo para o turismo do Rio de Janeiro (que passará a crescer entre 10% e 15% a partir do próximo ano), vem uma responsabilidade enorme de garantir o que foi prometido. Essa Olimpíada precisa deixar um grande legado para a população brasileira, o que irá beneficiar demais o turismo não só no Rio, mas no Brasil. Estamos falando em investimentos em infraestrutura, na geração de milhares de empregos e na revitalização da Cidade Maravilhosa.

Até 2016, teremos grandes eventos pela frente, como os V Jogos Mundiais Militares em 2011, a Copa das Confederações em 2012 e a Copa do Mundo de 2014.

No setor de turismo, as conquistas são mais do que visíveis. Além de diversos avanços como a criação de um novo Plano Diretor para a cidade, que permitirá ao município crescer de maneira ordenada, e o projeto Porto Maravilha, que prevê obras de revitalização da Zona Portuária, uma recente pesquisa do buscador de viagens Mundi apontou que o Rio de Janeiro foi o destino mais procurado pelos brasileiros neste inverno. Pela primeira vez, o estado ganhou um volume exclusivo do Guia Verde Michelin, lançado em Paris no último dia 15, assim como o serviço Google Transporte Turístico, que mostra aos internautas todas as informações de transporte público no Rio, e o título de "Cidade mais feliz do mundo", segundo a revista "Forbes".

Isso sem falar no apoio inédito do governo e da prefeitura à Feira das Américas, o maior evento de turismo da América Latina (que atrai agentes de viagens e os principais players do setor de turismo de todo o mundo), e da iniciativa do governador Sérgio Cabral de negociar com diretores do Sindicato das Agências de Viagens da França a realização no Rio do Congresso Internacional dos Agentes de Viagens franceses de 2010.

São ações que fortalecem a imagem do Rio, atraem novos investidores e ratifica o Rio como um estado produtivo e com uma economia forte, capaz de receber grandes eventos

O Rosário

D. EUGENIO SALES

Omês de outubro é dedicado a uma antiga, tradicional e eficaz prática religiosa: a recitação do Rosário. O Papa Paulo VI, na Exortação Apostólica sobre "O culto à Virgem Maria", de 10 de fevereiro de 1974, afirmou que, segundo a tradição, o Rosário "foi acolhido e autorizadamente proposto pelo nosso Predecessor São Pio V". Este, eleito após o Concílio de Trento (1566), tornou-se o grande restaurador. Quando Chipre, último baluarte, no Levante, caiu nas mãos do Islã, inimigo mortal da cristandade, o Papa apelou não só para a ação militar, mas para a oração. A extraordinária vitória em Lepanto, a 7 de outubro de 1571, foi atribuída pelos próprios soldados vencedores à oração do Rosário.

Muitos são os documentos pontifícios exaltando suas benemerências e

vida fruto da sementeira do demônio, é a falsa doutrina de que na Igreja tudo depende das bases e que para qualquer ato elas devem ser consultadas. Ocorre que "base", às vezes, significa simplesmente determinado grupo e "consulta", o método de ação por parte de uma ditadura de minorias. A maioria do povo de Deus nem é escutada, nem respeitada.

Outro exemplo, ainda, é querer amparo religioso a direitos do operário mediante opção político-partidária fundamentalmente laica. O resultado de tal confusão compromete a missão evangelizadora que nos outorgou o Cristo.

O sagrado direito de governar a Igreja por Ele concedido aos Sucessores dos Apóstolos é inalienável. Nem a omissão em exercê-lo justificaria a intromissão de indivíduos estranhos nessa matéria. Ainda hoje pode haver quem, sem nenhum motivo válido, questione o Santo Padre no seu ministério supremo à frente da Igreja

1966) para que fossem dirigidas orações suplicantes à bem-aventurada Virgem do Rosário para impetrar de Deus o supremo bem da paz." Vamos encontrá-la, certamente, na recitação assídua do Terço de Nossa Senhora.

Poucas semanas após sua eleição ao Supremo Pontificado, João Paulo II, falando a cem mil pessoas na Praça de São Pedro, por ocasião do Ângelus do dia 29 de outubro de 1978, proclamou: "O Rosário é a minha oração predileta. Oração maravilhosa. Maravilhosa na simplicidade e na profundidade (...). A todos exorto cordialmente a que o rezem." A 16 de outubro de 2002, publicou a Carta Apostólica "Rosarium Virginis Mariae" dedicada a este tema.

Também o Santo Padre Bento XVI manifestou sua devoção ao Rosário no seu discurso em Pompeia a 19 de outubro de 2008, assim se expressando: "Essa popular oração mariana é um meio espiritual precioso para superar a intimidade com Jesus e

Emprego, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, já tem diversos projetos para capacitar com cursos gratuitos cerca de três mil pessoas, por ano, até 2016 nos setores de turismo e hospitalidade.

A meta é aplicar o espírito olímpico à qualificação profissional. O alvo a ser atingido é o mercado de trabalho, de forma a levar o trabalhador carioca ao lugar mais alto do pódio.

AUGUSTO RIBEIRO é secretário municipal de Trabalho e Emprego.

exortando os reis a rezar. Essa prática de piedade é poderoso instrumento contra os inimigos, ostensivos ou velados, da instituição fundada por Jesus Cristo.

Há abusos entre nós que nem sempre são devidamente corrigidos. As causas de sua permanência podem ser temor ou obediência à palavra do Evangelho: "Deixai-os crescer juntos (o joio e o trigo) até a colheita (...). Arrancai primeiro o joio e atai-o em feixes para ser queimado" (Mt 13,29-30).

Um elemento perturbador, sem dú-

mistério supremo a frente da igreja Universal. A autoridade do bispo às vezes é contestada por grupos organizados e ativos, que chegam às vias de ameaças, caso não sejam acatados os seus desvios doutrinários e disciplinares. Como já possuem uma estrutura montada, é necessário ter coragem para enfrentá-la.

O Papa Paulo VI, em "Marialis Cultus" (nº 42), cita o exemplo de si próprio: "Numa hora de angústia e de insegurança, publicamos a Carta Encíclica 'Christi Matri' (15 de setembro de

crescer na comunhão com Jesus e para aprender de Cristo, em união espiritual com Maria, a realizar sempre a vontade divina."

Há uma palavra de garantia ao sucesso de nossa prece: "Pedi e recebereis" (Mt 7,7). No mês de outubro alcançaremos, na recitação do Rosário, o bem espiritual e material, como tantas vezes tem obtido a Igreja no decorrer da História.

D. EUGENIO SALES é *cardeal-arcebispo emérito da Arquidiocese do Rio*.

te, capaz de receber grandes empresas e eventos. E mostram, ainda, que os governos compartilham do pensamento de que o turismo é uma vocação do Rio e fundamental para o desenvolvimento do estado.

CARLOS ALBERTO A. FERREIRA é presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagens (Abav Nacional).

O GLOBO NA INTERNET
OPINIÃO Leia mais artigos
oglobo.com.br/opiniao